

## **REQUERIMENTO N° DE 2017 – CE**

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre o tema “Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e o combate às desigualdades educacionais”, com a presença dos seguintes convidados:

- José Francisco Soares – Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE)
- José Francisco de Almeida Pacheco – Especialista em Educação
- André Stábile – Ex-Secretário Municipal de Educação de São Caetano do Sul/SP
- Mozart Neves Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Senna
- Cleuza Rodrigues Repulho – Especialista em Educação
- Guiomar Namo de Mello – Consultora em Projetos Educacionais
- Teresa Cozetti Pontual – Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação básica do Ministério da Educação

### **JUSTIFICAÇÃO**

A maioria dos brasileiros concorda com a ideia de que toda criança, rica ou pobre, deve ter acesso à educação de qualidade, sem discriminação de renda ou endereço. Este é o fator fundamental para que os problemas econômicos e sociais do Brasil possam ser resolvidos e para que a nossa sociedade se desenvolva com

SF/17903/21403-46

base na igualdade de oportunidades. Mas esta não é a realidade que vivemos hoje: nossos indicadores educacionais apontam para uma profunda desigualdade na educação de crianças e adolescentes de níveis socioeconômicos diferentes. Essa desigualdade se torna ainda mais evidentes quando comparamos os resultados educacionais observados em municípios ricos e pobres.

Dentre as medidas que visam enfrentar esse problema está a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cuja previsão legal foi estabelecida no Plano Nacional de Educação vigente. A partir da BNCC, será possível, por exemplo, alinhar a formação de professores, materiais didáticos e avaliações, dando maior coerência ao que acontece em sala de aula.

Contudo, não basta que tenhamos um documento de referência bem elaborado que estabeleça os direitos e os objetivos de aprendizagem. É preciso assegurar que as escolas tenham as condições mínimas necessária para assegurar tais direitos. Nesse sentido, a proposta de audiência pública em questão é uma excelente oportunidade identificarmos desafios e debatermos propostas e mecanismos que venham a contribuir para o sucesso da implementação da BNCC no Brasil.

Diante do exposto e pela relevância do assunto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em

**CRISTOVAM BUARQUE**  
**Senador**